

expropriação dos trabalhadores.” A explicação pode ser rebuscada, e pode não estar necessariamente de acordo com o que os etnólogos e antropólogos atuais dizem sobre a questão. Mas pouco importa. É bastante exato que, num certo momento da história, ocorre essa “acumulação primitiva”, provavelmente associada a uma tendência à delimitação das terras, à apropriação privada. E alguns se encontram, efetivamente, numa situação de subordinação. Não é somente uma divisão entre mais ricos e menos ricos. Há efetivamente uma ruptura de condição mais grave. Há aqueles que, tirando proveito de uma acumulação primitiva, começam a ter uma quantidade de bens que excede sua própria capacidade de utilização. São levados a chamar outros para utilizar esses bens (muitas terras para que uma única família as cultive, muitas armas para que um só caçador as utilize...). Ora, existem aqueles que empobreceram e que não possuem esses meios de subsistência, não têm mais terra suficiente, ou armas, etc. Estes vão, então, colocar-se a serviço dos primeiros. É muito simplista, mas sem dúvida não é inexato. Seria preciso detalhar as análises de Engels sobre o assunto, o que não é nosso propósito. Pelo contrário, uma vez que a acumulação primitiva começou, produz-se um movimento de constituição do capital que engendra inelutavelmente seu crescimento e a exclusão de um número cada vez maior de trabalhadores.

O capital primitivo permite recrutar outros trabalhadores, e estes vão produzir um valor econômico que excede o preço de compra de sua força de trabalho. É um erro, então, interpretar o pensamento de Marx com termos como “sobretabalho” (o capitalista fazendo o operário trabalhar mais horas do que as que devia... mas em nome de que poderia o capitalista exigir isso?), ou ainda dizendo que o capitalista rouba do operário uma parte do valor produzido (sobre que base o roubo poderia ser feito?), ou ainda, que o patrão paga um salário, mas guarda para si uma parte do produto... Ao contrário, Marx sempre acentua, com vigor, que tudo isso é perfeitamente legal, regular, que o capitalista não rouba nada, que é o próprio mecanismo que é assim. E sua posição é muito mais forte que a generosa indignação daquele que gostaria de afirmar que o capitalista é um ladrão, um opressor, e que o operário é espoliado injustamente. Com efeito, se assim fosse, estaríamos situados no terreno da boa vontade, da honestidade, da moral, melhor dizendo. Conseqüentemente, um patrão que fosse bom, justo, equânime, poderia não roubar seus operários, não ter lucro, nem

Trabalho = Mercadoria.

exigir um sobretabalho. Poderia fazer os operários trabalharem por uma soma correspondente ao valor produzido. Ora, é exatamente isso que Marx quer excluir. Essa hipótese é impensável. A qualidade moral do patrão nada altera. São mecanismos objetivos que produzem esse lucro, que engendram a mais-valia. Esta é o resultado inevitável do funcionamento do sistema. (Naturalmente, situo-me aqui no regime capitalista, e deixo de lado a produção do capital nos períodos escravagistas, feudais, etc., o que complicaria as coisas inutilmente para nossos propósitos.)

Como funciona então esse sistema de modo tão milagroso? É a teoria do valor que explica. Todos conhecem o “valor-trabalho”. A medida do valor de um objeto é a quantidade de trabalho que foi necessária para produzi-lo. Ainda aí, deixo de lado todos os detalhes, a diferença entre a essência e a medida do valor, a qualidade do trabalho, etc. Conservo os traços gerais. Ora, uma das descobertas de Marx foi ver que, em regime capitalista, o trabalho se tornou uma mercadoria. Estamos aqui no centro da explicação. O trabalho não é mais o que deveria ser, não é mais uma expressão livre da atividade humana, não é mais a especificidade do homem. No regime capitalista, o trabalho é uma mercadoria comprada segundo seu preço de mercado. Esse preço corresponde (com as nuances e dificuldades sobre a relação preço/valor que Marx analisou longamente) ao seu valor. Ora, qual é o valor mercantil, o valor de troca do trabalho? Ele deve ser medido exatamente como qualquer mercadoria, segundo a quantidade de trabalho que foi necessária para produzi-la. Ora, qual é essa quantidade de trabalho? É exatamente o que permite reproduzir a força de trabalho do operário. Isto é, sua alimentação e tudo que é necessário para lhe conservar a vida (alojamento, aquecimento, vestuário), tudo que é necessário para que, no dia seguinte pela manhã, o operário esteja de novo pronto para trabalhar; mas é também a reprodução da força de trabalho a longo prazo, isto é, há um momento em que o ser humano, como a máquina, se desgasta, e é preciso substituí-lo por outro mais jovem: seu filho. Parte do valor produzido deve então ser consagrada à criação das crianças que substituirão o pai. Essa operação é idêntica à do capitalista quando guarda de lado dinheiro visando substituir a máquina que se desgasta na medida em que funciona. É uma “amortização” do operário, assim como existe uma amortização da máquina.

Observemos, aliás, a beleza do termo: a-morti-zação. Trata-se de preencher o vazio produzido pela morte. São então